

Movimentos em ano eleitoral



Newton Rodrigues

a Câmara aprovasse o texto enviado pelo Senado, deixando para depois novas alterações que julgasse indispensáveis.

Há, agora, tentativa de que seja logo promulgada a emenda corretiva na parte em que não foram feitas alterações senatoriais, deixando-se para mais tarde outros ajustes. Mais certo ainda seria evitar possíveis pendengas abolindo da Constituição o art. 62 e o parágrafo XXVI do art. 84. Nos casos julgados necessários, restaria ao presidente o recurso a leis delegadas, previstas na mesma Lei Básica (arts. 59 e 68), destinadas a dar-lhe maior capacidade de ação, porém instituindo controles efetivos, o que não se dá agora.

A expectativa eleitoral deste ano tensiona partidos e concorrentes e incentiva as questões internas, pois todos sabem que, embora não decisivo no caso, o pleito deste ano será de grande importância para a corrida de 2002, quando, além do Congresso e das assembleias legislativas, estarão em jogo todos os governos estaduais e o grande prêmio

O bloco oficial não resistirá às necessidades específicas dos partidos que o compõem

de cada um dos partidos que o compõem. O PMDB, que em 1992 conquistara 50% das prefeituras e um terço do total de vereadores, está hoje em situação muito diferente nas principais capitais, embora forte em bancadas federais, nas duas casas.

A subordinação ao Planalto, em cujo jogo de impedir a can-

didatura Itamar Franco o partido foi peça-chave, reduziu-lhe o prestígio, e a luta interna ficará acirrada a partir do ano que vem, quando começarão a ser manipuladas as cartas para os lances seguintes. Para impedir certamente que o "amém presidente" fosse mais longe e a atual direção abandonasse o compromisso de apoiar candidato próprio, o senador Pedro Simon oficializou sua própria candidatura, embora se diga que pode dela abrir mão para algum companheiro de chances maiores, que ainda poderá ser Itamar, segundo alguns quadros importantes da organização. O certo é que o bloco do "sim sinhô" precisará retificar posições por vários motivos, dentre os quais o enfraquecimento do próprio Fernando Henrique, que no período final de seu mandato perderá a força impositiva e o vasto campo de manobra de que ainda dispõe.

O mesmo fluxo de independentismo já se manifesta no PFL, que vem adotando posturas que ainda não se podem considerar definitivas, mas de apelo popular, como a defesa de um salário mínimo menos degradante, que seria de US\$ 100,00 — proposta

que se originou no PT — e um programa geral de combate à pobreza que vem recebendo apoio petista e de outras correntes consideradas de esquerda. Um fato novo das últimas semanas é a postura de Antonio Carlos Magalhães, que, da posição de não-candidato, faz agora questão de declarar-se cogitável, embora permaneça válida a observação de que dificilmente correrá, nessa altura da vida, o risco de encerrar com uma derrota sua longa carreira, quan-

do lhe será fácil reeleger-se ao Senado. Destaque-se, a propósito, que Bornhausen, presidente da legenda, acaba de reafirmar a decisão pefelista de apresentar candidatura própria.

O PSDB cavalgou no êxito de FHC na penúltima eleição presidencial, mantém fortes bancadas no Congresso, mas está marcado pela quase exclusividade de lideranças paulistas. Suas possibilidades eleitorais à Presidência vêm minguando e, dos nomes mais falados, o de Serra fracassou na disputa pela prefeitura, o de Paulo Renato não tem lastro eleitoral e o de Jereissati traz a fraqueza de ter como base um estado pouco populoso e já muito trabalhado pela campanha de Ciro Gomes. Ciente das dificuldades, e provavelmente por isso, FHC, nos últimos dias, mostrou desejo de ter como sucessor um companheiro de sigla e deu-se até ao esporte de traçar o perfil que lhe agradaria, embora não ao eleitorado.

O libreto da confusão e as dificuldades são de ordem geral, não se restringindo aos partidos governistas. Aí está o PT, principal organização oposicionista no momento, sem possibilidade de candidatura própria à Presidência, com possibilidade de êxito, marchando, ao que se vê, para a quarta tentativa de Lula, ainda com menores possibilidades de êxito que das outras vezes. Além disso, o centralismo exacerbado que vai dominando o partido incentiva lutas internas e cria atritos que podem ser irremediáveis.

O caso do Rio de Janeiro, no pleito anterior submetido a uma arbitrária intervenção da direção nacional, que vetou o candidato escolhido regularmente em no-

me da aliança com Brizola, não parece bem-conduzido. Embora jurem que a decisão do diretório local será respeitada, tanto Lula como Dirceu apóiam abertamente a vice Benedita da Silva contra Vladimir Palmeira, e é pelo menos duvidoso que se conformem com uma derrota. No plano nacional, por outro lado, o partido tem conseguido apro-

O distanciamento entre o PT e o PDT pode ser fatal para uma aliança das legendas de esquerda

ximações e acordos que lhe facilitam a operacionalidade, como é o caso dos entendimentos com Itamar, cuja administração prestigia, e de Antonio Carlos Magalhães. A dificuldade maior reside, porém, na questão fechada de candidatura própria à Presidência da República e na falta de alguém das fileiras que possa substituir com vantagem Lula, escalado para uma quarta tentativa. O distanciamento maior com o PDT, agora definido pelo próprio José Dirceu (JB 15/2/00), poderá ser fatal para a tentativa de uma nova grande aliança das legendas consideradas de esquerda.

Enquanto isso o pedetismo, em queda livre há muito tempo, depois de acentuada recuperação de Brizola, sofre ainda a "bolsonarada" do gaúcho e, sobretudo, da guerra aberta que lhe abriu Garotinho, por ele levado ao governo do estado em que foi capaz de bater recordes nacionais de votação e sua principal base. Quanto aos pequenos partidos, pouco pesam nas principais decisões eleitorais e permanecem em crise congênita. Um retrato disso é a dança das cadeiras efetivada nos últimos dias na Assembleia Legislativa fluminense e na Câmara Municipal carioca devido às próximas escolhas das direções das duas casas. ■